



MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE: A REALIDADE DAS MULHERES NEGRAS MONOPARENTAIS SOB O OLHAR INTERSECCIONAL¹

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

EMILY SANTOS MOTA²

RESUMO: O artigo utiliza a interseccionalidade para analisar as desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais. Apoiado nas teorias de Crenshaw, Collins e Motta, destaca como gênero, raça e classe influenciam suas experiências, especialmente no mercado de trabalho precário e subvalorizado. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, relaciona essas teorias à realidade social dessas mães solo, evidenciando a opressão institucional e simbólica, enraizada na escravidão. O estudo mostra que políticas eficazes devem considerar essas múltiplas opressões para promover mudanças sociais reais.

Palavras-chave: Desigualdade, interseccionalidade, mercado de trabalho, monoparentalidade.

ABSTRACT: The article uses intersectionality to analyze the inequalities faced by single-parent black women. Based on the theories of Crenshaw, Collins and Motta, it highlights how gender, race and class influence their experiences, especially in the precarious and undervalued labor market. The research, based on a literature review, relates these theories to the social reality of these single mothers, highlighting the institutional and symbolic oppression rooted in slavery. The study shows that effective policies must consider these multiple oppressions to promote real social change.

Keywords: Inequality, intersectionality, labor market, single parenthood.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade é uma forma de análise que visa enxergar nos fenômenos sociais os diferentes graus de subordinação que o gênero, a raça, e a classe agregam. Segundo Henning (2015) esse conceito não é homogêneo, e apresenta a existência de duas possíveis vertentes: a *estrutural*, abordada por Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, e a *construtivista*. Na primeira, as estruturas são as que mais produzem a diferença, enquanto na segunda as relações de poder fornecem agência aos indivíduos, e isso nem sempre os coloca em lugar de opressão. O presente artigo pretende

¹ Agradeço ao Sistema CAPES, financiadora da bolsa de doutorado.

² Doutoranda no Programa de Estudos Pós – Graduados em Política Social na Universidade Federal Fluminense – UFF. Endereço eletrônico: emilystsmota@gmail.com. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9785520676654989>.



principalmente discutir a interseccionalidade do ponto de vista estrutural e, a partir dela, mostrar as contribuições que esse método de análise traz para se fazer compreender as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras em situação de monoparentalidade.

O papel da mulher na família e a forma como ele interfere na vida dela é uma das pautas sobre as disparidades de gênero. A instituição familiar, apesar de ser tradicionalmente nuclear (pais com os filhos), não se limita a ela, apresentando-se também como monoparental. Leite (2003, p.22), cita, então, que “famílias monoparentais são compostas por um/a adulto/a – pai ou mãe – que tem sob sua responsabilidade, uma/um ou várias/os crianças/filhos e encontra-se sem cônjuge ou companheiro/a”. Esse tipo de arranjo familiar segundo Graciele Alves Babiuk (2017) acaba sendo exercido majoritariamente pelo público feminino, encaixando-se assim, como uma questão de gênero, e tem suas pautas amparadas nas vulnerabilidades em que essas mulheres, em função das estruturas sociais, estão suscetíveis a vivenciar: trabalhos precários, baixas remunerações, e ocupações subalternizadas. Entretanto, esse fenômeno social quando associado a essas vulnerabilidades significa mais que uma questão de gênero, e se manifesta estruturalmente diferente entre as mulheres negras.

Compreender a realidade da mulher negra em situação monoparental, tal qual suas especificidades, também exige uma visão interseccional, uma vez que “raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros”, conforme cita Collins (2015, p. 19). Essas novas categorias de análise são necessárias para que esse fenômeno social saia da dicotomia excluente homem/mulher, e possa ser discutido com base nas novas visões de opressão, que se entrelaça com classe e raça, e permita compreender como elas moldaram as experiências do grupo de mulheres negras monoparentais. A redefinição da opressão permite desvendar as ligações entre a raça, classe e gênero, e nesse artigo elas serão discutidas dessa forma: do ponto de vista institucional e simbólico de Collins (2015), a concepção de desigualdade na diferença de Avtar Brah utilizada por Danielle Motta (2018), e a da perspectiva da super - inclusão e sub - inclusão abordada por Crenshaw (2002).

Metodologicamente, O artigo foi construído por meio de uma pesquisa bibliográfica e método dedutivo, tratando de uma visão generalista do conceito de interseccionalidade com base nas três autoras citadas, e utilizando – o como ferramenta interpretativa da realidade das mulheres negras mães – solo no mercado de trabalho. Dessa forma, o texto contará, além da introdução, com a



discussão interseccional de Patrícia Hill Collins, seguida de Danielle Motta e Kimberlé Crenshaw. Será discutida a interseccionalidade na perspectiva dessas três autoras, respectivamente nessa ordem, e ambas contribuirão de forma ampla com algumas reflexões acerca das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais no mercado de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O referencial e discussão teórica foram baseados no conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins, e Avta Brah. Esse conceito se vincula com a discussão acerca da monoparentalidade e todas as dinâmicas de desigualdade e subalternidade que mulheres que vivenciam a realidade desse modelo familiar enfrentam no mercado de trabalho.

Maternidade, e desigualdade: o ponto de vista institucional e simbólico de Patrícia Hill Collins

Segundo Collins (2015) a raça, classe e gênero são, enquanto categorias de análise, importantes para fazer compreender as estruturas de dominação e subordinação presentes na complexa rede de relações sociais em que as pessoas estão envolvidas. Para compreender tais estruturas, a autora usa o argumento de Sandra Harding de que as estruturas de opressão de gênero se dão por três dimensões: a institucional, a simbólica e a individual. Destas, apenas as duas primeiras serão abordadas aqui.

A redefinição da opressão do ponto de vista institucional e simbólico de Collins (2015) contribui para refletir e compreender as vulnerabilidades sociais decorrentes das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais no mercado de trabalho, ao trazer o olhar para a instituição escravidão e percebendo a estrutura relacional e trabalhista dessas mulheres, e o que simboliza ser mulher negra para essas estruturas.

Babiuk (2017) mostra que para a mulher, a maternidade e a família são os lugares mais comuns em que pode ser observada a execução do principal papel feminino estabelecido pela sociedade. Dentre os diversos arranjos familiares, aquele que traz o status de mãe solo tem crescido bastante nos últimos anos, e associado a isso, existe o questionamento do porquê e como a monoparentalidade pode ser considerado um fenômeno social que carece de uma percepção interseccional, pois, se esse é um problema de gênero, de que forma então esse critério deixou de ser



o único responsável por torná-las desfavorecidas? A resposta irá surgir conforme a discussão adentre nos processos sociais que atravessam a questão da monoparentalidade feminina.

As estruturas sociais construídas dentro de um processo histórico são reconhecidas pela interseccionalidade e analisadas através de suas lentes. Segundo Collins (2015, p. 20) “Tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições”, e por mais que se compreenda como a raça, a classe e o gênero funcionam separadamente, é importante perceber como sistematicamente os três estão entrelaçados e estruturam as desigualdades. E é por isso que não se pode falar da maternidade da mulher negra, e suas consequentes vulnerabilidades, e chegar à base desses entrelaçar, sem fazer referência à instituição escravidão.

Ângela Davis (2016) ao tratar desse período, mostra que a maternidade da mulher escravizada foi uma estratégia econômica e não um direito, pois com o fim do tráfico negreiro ela foi obrigada a ter muitos filhos para manter a existência dos cativos escravizados, e foi amplamente valorizada pela capacidade reprodutiva, no entanto, não havia naquele contexto o direito de ser mãe, apenas a obrigação de reproduzir. Além disso, alguns costumes sempre mostraram a negligência e exploração da feminilidade e capacidade reprodutiva negra, como a venda ou aluguel das escravizadas que, ao separar-se de seus filhos, cumpriam o papel de amas de leite dos filhos das mulheres brancas, colocando os seus em situações de insegurança alimentar. Outra característica é que elas sempre estiveram associadas à dupla exploração, visto que trabalhava duramente nas atividades braçais, em serviços insalubres, e cumpriam serviços domésticos em suas casas e nas casas de brancas.

Segundo Heleieth Safiotti (2013) a organização familiar do branco trazia como suposição a não organização da família negra. A negra passava mais tempo na casa grande do que na própria, não conseguia cuidar dos próprios filhos, desempenhava o serviço doméstico e o braçal junto com os homens, era abusada, impedida de ser verdadeiramente mãe, era vendida e separada da família (inclusive dos maridos), e tinha nela a imagem de promiscuidade, muitas vezes sendo responsabilizada pelos abusos que sofria. A branca, em uma realidade totalmente diversa, desempenhava no ambiente familiar o papel de mãe e dona-de-casa legalmente constituída, associado à ideia do ócio, limitação ao ambiente privado, e tinha nela a imagem de pura, de alguém que era capaz de negar qualquer investida sexual.



Nessa perspectiva, a monoparentalidade negra já existia, e especificamente para ela, essa condição estava associada ao abandono, separações forçadas, descaso, abusos que geraram filhos sem reconhecimento paterno como frutos, exploração e pobreza. A hierarquia racial escravista estruturou as desigualdades entre mulheres a partir de níveis de subordinação entre negras (pretas e pardas) escravizadas, brancas trabalhadoras e brancas abastadas, como se pode ver a seguir:

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. [...] O racismo assegurou que a população negra continuaria a servir a população branca e a sofrer a exploração econômica por suas mãos (Collins, 2015, P. 21 e 22).

Segundo Collins (2015) voltar à instituição escravidão continua sendo importante, muito embora a situação atual não seja idêntica àquela. No entanto, as relações básicas entre mulheres brancas e negras continuam intactas. A instituição familiar cujo arranjo corresponde a monoparentalidade feminina, é um exemplo, e traz indagações: dentro da estrutura social de classe e raça, a monoparentalidade é vivenciada das mesmas formas? As mulheres negras monoparentais possuem acesso ao serviço dos cuidados dos seus filhos e à manutenção dos seus lares? Os trabalhos exercidos por mulheres negras monoparentais garante uma estrutura de emancipação? A presença de filhos e ausência dos maridos tem o mesmo peso para elas, igual ao que tem para mulheres brancas de classes média e alta? (Akotirene, 2019).

Na dimensão simbólica da opressão, algumas ideologias reconhecidas socialmente são utilizadas para justificar a subordinação, e o exemplo disso é a imagem. A imagem da mulher negra, que vem de uma herança escravocrata, é diferente e influencia nas experiências que elas irão ter, principalmente enquanto mãe solo, nas relações de trabalho, nos tipos de ocupações, entre outras. Os adjetivos associados à feminilidade são: passiva, seguidora, emocional, fraca e física. A maioria desses adjetivos, segundo Collins (2015), são associações a mulheres brancas e abastadas, que tanto não conseguem incluir mulheres negras e brancas trabalhadoras, uma vez que elas nunca puderam exercer o papel de dama, como também precisam desqualificar e desvalorizar a imagem negra para manter a credibilidade da branca.

Segundo Collins (2015, p. 27) “Mulheres negras se deparam com imagens controladoras, tais como a mammy, a matriarca, a mula e a prostituta; imagens que encorajam outros a nos rejeitar



como pessoas completamente humanas”. No mercado de trabalho, Carneiro (2003) cita que, mesmo que as mulheres negras consigam investir em educação, a exigência por traços finos e cabelos lisos como critério de “boa aparência” é uma forma de usar da imagem da mulher negra para barrá-la de se inserir no mercado de trabalho e exercer ocupações de qualidade.

Collins (2015, p. 26) cita que “Supor que todos e todas são afetados/as diferentemente pelo mesmo entrelaçamento simbólico de imagens permite que possamos nos mover em direção a novas análises”. Pensando nessa perspectiva imagética dentro do contexto de raça e classe, e levando em consideração a imagem da mulher negra no período escravocrata, existem algumas reflexões acerca da monoparentalidade feminina: a imagem de uma mulher negra cuidando sozinha dos seus filhos é a mesma da mulher branca na mesma condição? A mulher negra em situação de monoparentalidade passa a ideia de independência ou culpabilidade por ser mãe e estar só? Isso interfere na forma de ser vista dentro do mercado trabalho, reduzindo sua credibilidade e seu valor?

A perspectiva institucional e simbólica de Collins (2015) é apresentada como um pontapé da compreensão das desigualdades enfrentadas por mulheres negras monoparentais, visto que a desigualdade não surge superficialmente, ela tem o amparo histórico que constrói uma estrutura e alimenta o imaginário social baseado na discriminação. A discriminação, além disso, se consolida com base nas diferenças.

Concepção das desigualdades das diferenças pelo olhar de Danielle Motta

A concepção da desigualdade das diferenças de Avtar Brah que Motta (2018) discutem, mostra como a interseccionalidade contribui com as reflexões e compreensão do lugar na estrutura de classes em que a mulher negra monoparental está inserida, ressaltando o impacto da cor da mulher negra nas desigualdades sociais que ela vivencia, e que fomenta suas vulnerabilidades.

Reconhecer o peso de ser uma mulher escravizada, de forma institucional e imagética, é importante para compreender a estrutura classista elaborada pelo sistema capitalista. Karl Marx



disseminou teorias acerca da questão social, entretanto, Daniele Motta (2018) refletiu sobre a possibilidade dessa universalidade não levar em consideração o processo de formação capitalista brasileiro. A cegueira em relação às particularidades impede o entendimento sobre a forma como o capitalismo se apoderou das diversas formas de desigualdades estruturais já preexistentes na sociedade brasileira desde a época da escravidão. Além da importância de conhecer a história da sociedade a partir das lutas de classes, há também a necessidade de se fazer conhecer quem são essas classes, caso contrário, acaba simplificando uma questão social que já se faz complexa nos dias atuais.

É nesse momento que a interseccionalidade apresenta maiores contribuições na compreensão das desigualdades enfrentadas por mulheres negras e, principalmente, a monoparental. Ao sair de um sistema e entrar em outro, essas mulheres, que já se encontravam sozinhas com sua prole, não tiveram a sua disposição nenhuma política de reparação e inclusão, e isso estruturou sua marginalização, e dessa forma, elas passaram a compor a classe precarizada, totalmente envolvida em condições de subemprego e suscetíveis a situações de vulnerabilidades (Motta, 2018).

Não foram somente as mulheres negras monoparentais que passaram por essa estruturação que as subalternizava, essa foi uma condição das mulheres negras de forma geral, no entanto, por ser esse o tipo de família que agravava a condição de precariedade desse grupo, então a análise se torna válida. Motta (2018, p. 78) considera que “as relações escravistas criaram um padrão de vida tradicionalmente precário, com baixa remuneração do trabalho, sobretudo para a população negra”, enquanto Maria Betânia Ávila (2011, p. 65) complementa que “a força de trabalho é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de ‘raça’ e de gênero”. Em função disso, a mulher negra possui problemáticas específicas, que por não se tratar de um subgrupo marginalizado, inúmeras vezes não são olhadas e levadas em consideração.

A perspectiva de superinclusão e subinclusão na abordagem de Kimberlé Crenshaw

A perspectiva de superinclusão e subinclusão abordada por Crenshaw (2002) mostra como a interseccionalidade contribui para refletir e compreender as problemáticas da mulher negra



monoparental que inúmeras vezes se tornam invisíveis, e são categorizadas apenas como problemas de gênero.

O movimento feminista, que até o final da década de 1970 era de caráter universalista e visão eurocêntrica, iniciou, a partir daí, seu enegrecimento. Sueli Carneiro (2003) no seu texto ‘Mulheres em movimento’ mostrou que esse processo se tornou necessário, visto que as pautas desmereciam a diversidade identitária de mulheres. Desse modo as negras possuíam necessidades específicas que não poderiam ser tratadas somente na perspectiva de gênero, visto que o capitalismo utilizou da sua cor para robustecer as desigualdades de classe.

Segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) a interseccionalidade é:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Essa luta pela visão interseccional dentro da pauta do movimento feminista estava amparada por uma problemática recorrente nas análises que insistiam em homogeneizar o grupo de mulheres: a superinclusão e a subinclusão. A superinclusão segundo Crenshaw (2002, p. 174) “pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres”. Já a subinclusão descarta ou esquece-se de incluir problemáticas de grupos de mulheres que, histórico e estruturalmente falando, passam por questões identitárias e vivem algumas delas de forma diferente (Crenshaw, 2002).

Um exemplo dessa super - inclusão é tratar apenas como questão de gênero a monoparentalidade feminina. Nesse arranjo familiar, quando mulheres negras, que compõem majoritariamente a classe necessitada, exercem essa função e ocupam esse lugar, tornam-se sujeitos com grandes emaranhados sociais passíveis de análise. Por essa perspectiva, além do lugar de mulher ela também é negra, pobre, mãe, e a única responsável pelo seu sustento e o do seu lar, ou seja, acumula diversos eixos de subordinações, e a probabilidade de vivenciar as vulnerabilidades é maior se for comparada com as brancas.



É sempre necessário levar em consideração que segundo Carloto (2005) a monoparentalidade em si já torna a mulher mais vulnerável, visto que se trata de uma condição majoritariamente feminina, mas, além disso, Carneiro (2003, p. 119) lembra que “a “variável racial” produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a identidade feminina (mulheres negras), como as masculinidades subalternizadas (homens negros)”. As mulheres negras são subordinadas aos homens negros, no entanto, esses estão abaixo das mulheres brancas na hierarquia social, ou seja, a mulher negra está extremamente distante da mulher branca em nível de desigualdade. Na condição monoparental, justamente por causa dessa disparidade, a mulher negra precisa galgar uma ampla mobilidade social para experimentar a dificuldade na mesma intensidade da mulher branca para: cuidar dos filhos com dignidade, ou gerir uma casa ao mesmo tempo em que ocupa trabalhos que consigam suprir todas as suas necessidades. Isso acontece porque a raça por si só já exclui e explora a negra de forma mais intensa.

Para tornar mais clara a percepção acerca dessa exploração e exclusão que a mulher negra vivencia de forma estrutural, é importante prestar atenção no mercado de trabalho. Praticando a super - inclusão, essa dimensão apresenta melhorias no avanço feminino, no entanto, Carneiro (2003) mostra os estudos de Márcia Lima indicando que o fato de 48% das mulheres pretas exercerem trabalho doméstico remunerado é um grande indicativo de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não é significativa, e quando elas conseguem sair dessa realidade e rompe com essa barreira estrutural, ainda assim são direcionadas para cargos cuja remuneração é inferior e com poucos direitos. Seguindo esse raciocínio, há também a questão da exploração dupla, pois, para que ele exista, é necessário que as mulheres sejam pertencentes à classe explorada, em que majoritariamente a maior ocupação é feita por mulheres pretas e pardas. Dessa forma, a monoparentalidade tem maior probabilidade de ser exaustiva para a mulher negra. Viver a maternidade solo para a mulher negra está associado a uma condição racial, baseada também na imagem, e que em cima dela foi estruturado seu lugar social.

O exemplo de sub - inclusão é a entrada da mulher no mercado de trabalho como uma conquista que trouxe liberdade às mulheres, isso não é somente um problema de gênero, há também uma questão de classe sustentada na desigualdade racial. A conquista de entrar no mercado de trabalho não foi um marco e nem aconteceu ao mesmo tempo para todas as mulheres, visto que uma



parcela sempre trabalhou, e muito, ao mesmo tempo em que eram mães. Nesse marco, as mulheres que sempre trabalharam não tiveram suas questões incluídas.

A sub - inclusão é uma problemática encontrada no livro de cunho feminista *The feminine mystique* de Betty Friedman e foi discutida no movimento feminista da seguinte forma:

A famosa frase de Friedman, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida. Friedman conclui seu primeiro capítulo afirmando: “Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (Hucks, 2015, p. 193).

Na mesma perspectiva, quando a monoparentalidade é experimentada pela mulher de classe mais alta, que é majoritariamente branca, existe aí a entrada no mercado de trabalho vivenciado como uma conquista. Por se tratar de um marco que denota a conquista, muitas vezes não é tratado da perspectiva de raça, e torna nítida a estrutura racista que a sociedade capitalista se apoderou, pois quando essa mulher branca sai do ócio doméstico e consegue ir trabalhar, e a situação monoparental está atrelada a liberdade, uma mulher pobre e/ou preta entra no lugar dela para continuar reproduzindo esse trabalho institucionalizado como feminino. Na perspectiva da negra, trabalhar fora para cuidar da família, inclusive quando pertencente a esse arranjo familiar, sempre se tratou de uma necessidade, e não de independência. Quando se fala de mulher pobre e/ou periférica com altas cargas de trabalho e condições precárias de vida, é óbvia a ligação com a marginalização racial, sendo ela o fruto de um racismo que foi intensificado pelo capitalismo (Hoocks, 2015).

Agora é mais fácil compreender que o próprio movimento feminista, antes de iniciar seu processo enegrecimento, era amplamente super - inclusivo e sub - inclusivo em suas pautas e lutas, e com a educação não é diferente. Os índices de escolaridade são totalmente atrelados aos rendimentos dos indivíduos, de forma que não é possível tratar das variáveis trabalhistas sem incluir a percepção



quanto aos níveis educacionais. Parte-se do pressuposto de que a educação vai proporcionar a melhoria nas condições de vida da população, e quanto mais se estuda, maior a probabilidade de avançar no mercado de trabalho e de conseguir empregos formais. Ainda sem o recorte de raça, as mulheres continuam precisando estudar cinco anos a mais que os homens para conseguir o mesmo emprego formal, e receber o mesmo salário. Quando a análise traça um recorte racial, as mulheres negras precisam de oito a onze anos de estudo para conseguir o mesmo emprego formal que a branca, estando muito atrás do homem branco (Carneiro, 2003).

Então quando dados mostram que as mulheres estão estudando mais ou avançando no mercado, principalmente entre as mães solo, é importante ter cuidado ao identificar quem são elas, se as diferenças intragrupo não estão sendo ignoradas dentro do grande grupo de mulheres, ou se as demandas de um deles não estão sendo subvalorizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monoparentalidade vem sendo abordada academicamente como uma questão de gênero em função da presença majoritária de mulheres nesse tipo de arranjo familiar. Embora isso seja verdade, a discussão em cima das vulnerabilidades de mulheres nessa situação consegue ser explorada com uma maior amplitude quando considerada a classe e a raça enquanto fatores de impacto na realidade e experiências vividas. A interseccionalidade enquanto um método de análise surge aqui como a base da discussão que dá a oportunidade de discutir a base da desigualdade enfrentada por mulheres monoparentais no mercado de trabalho, utilizando perspectivas estruturais com abordagens diferentes, que se encontram e se complementam, e que trazem reflexões importantes.

Utilizar as leituras interseccionais de Collins, Motta e Crenshaw proporcionou discutir as vulnerabilidades da mulher negra monoparental a partir de perspectivas que se entrelaçam. A visão da redefinição da opressão de gênero de Collins levou o olhar para a mulher negra em um contexto histórico, mostrando o quanto a escravidão contribuiu para definir a imagem atribuída a mulher negra, e como foi o ponto de partida, em função da cor, para gerar desigualdades, opressões, e desqualificá-la para que outras mulheres pudessem ser qualificadas. Na instituição escravidão a cor foi o referencial para estabelecer estilos de vida precarizados, a relação negativa com a maternidade, e



atribuir à mulher negra a ideia de alguém que não poderia ser considerado um sujeito social. Foi nesse período que iniciou a normalização da opressão na relação entre branca e negras.

A abordagem de Motta conversou com a anterior quando criticou a definição marxista de luta de classes, dialogando com a forma com que a escravidão proporcionou a diferenciação com base na raça, e como ela foi utilizada, no modelo capitalista de exploração, para gerar desigualdades de classe entre as próprias mulheres. A partir daí, foi possível identificar mais claramente a estrutura social em que a mulher negra estava inserida. O pós-escravidão foi marcado com a inserção da população negra no mercado de trabalho, e assim foi caracterizada boa parte da classe trabalhadora. Essa classe inseriu a mulher negra e monoparental em uma estrutura racista e subalterna, forçando-a a dupla exploração, e que mesmo rompendo com barreiras estruturais, ainda assim continuavam vivenciando uma distância exponencial em relação às brancas.

A perspectiva de Crenshaw conversou com a estrutura de classe com base na raça, e trouxe contribuições de como o não recorte de raça e classe atrapalha a identificação de problemáticas que vão além das questões de gênero, e acaba deixando de lado mulheres que fizeram um percurso de vida estruturalmente diferente. Nessa forma de abordar, a interseccionalidade contribuiu com reflexões acerca das pautas dentro do movimento feminista, que ao estar atrelado a uma visão eurocêntrica e elitista, impedia a clareza das problemáticas de mulheres negras e pobres que sempre trabalharam por necessidade, que tem uma imagem social diferente, e de modo geral, podem encarar a monoparentalidade com mais vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em: [Interseccionalidade \(Feminismos Plurais\)](#)
- ÁVILA, M. B. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 48-71, dez. 2011
- BABIUK, G. A. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2017, Londrina. Anais [...]. Londrina: Cortez, 2017. p. 1-12.



CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismos contemporâneos. Organização, Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003. (Coleção valores e atitudes. Série Valores; nº 1. Não discriminação). Disponível em: [Microsoft Word - artigo carneiro](#)

_____. Mulheres em movimento. In: Estudos Avançados, 17(49), 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

_____. As metamorfoses da questão social. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COLLINS, P. H. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”, **Reflexões e práticas de transformação feminista** (org. Renata Moreno), SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2015. Disponível em: [FLS5174-1: Collins, Patricia Hill \(2015\). “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de analise e conexão” | e-Disciplinas](#)

COLLINS, P. H. Pensamento feminista Negro. Estados Unidos boitempo 2019

CRENSHAW, K. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, **Revista Estudos Feministas**, ano 10, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: [Mulheres, Raça e Classe](#)

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>

HOOKS, B. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”, **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro, 1– 203, (2012).

MOTTA, D. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018. Disponível em: [Do universal ao específico | Cadernos Cemarx](#)

PINTO, G. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: Abep, 2006. p. 1-16. Disponível em: [Microsoft Word - ABEP2006_298.doc](#)

SAFFIOTTI, H. A mulher na sociedade de Classes: mito e realidade. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

